RBMT
www.rbmt.com.br
Notícias sem moagem

Domingo, 03 de Agosto de 2025

Ministério de Lula volta atrás e nega planos de cobrar mensalidade de alunos ricos

A ex-deputada federal Manuela D'Ávila expressou seu descontentamento, considerando a tentativa de cobrança de mensalidades como um caminho para a privatização.

Recentemente, surgiu um burburinho sobre a possibilidade de estudantes mais abastados terem que pagar mensalidades em universidades federais do Brasil. No entanto, o Ministério da Fazenda, sob a liderança de Fernando Haddad, veio a público esclarecer esses rumores, assegurando que não existem planos para implementar essa medida.

Após publicações e especulações em diversos veículos de comunicação, incluindo a **Folha de S.Paulo**, uma nota foi emitida pela Fazenda reforçando que a ideia de cobrança de mensalidades nunca esteve em consideração pela pasta. Essa informação acalmou ânimos e esclareceu dúvidas, mas também levantou questões sobre o financiamento da educação pública no país.

O que diz a Fazenda sobre a cobrança em universidades?

De acordo com a nota divulgada, o Ministério da Fazenda é categórico ao negar qualquer plano de cobrar mensalidades dos estudantes de alta renda nas universidades federais. Essa decisão vem ao encontro de uma série de críticas e preocupações que emergiram dentro da própria base política do governo.

Por que a ideia de cobrança se tornou polêmica?

A possibilidade da introdução de mensalidades nas universidades públicas foi vista por muitos como um possível primeiro passo para a privatização do ensino superior público no Brasil. Políticos e estudiosos da área de educação argumentam que tal medida poderia alterar profundamente o caráter público e inclusivo destas instituições.

Reações e comentários sobre a controvérsia

A ex-deputada federal Manuela D'Ávila (PCdoB-RS) expressou seu descontentamento, considerando a tentativa de cobrança de mensalidades como um caminho para a privatização, algo que ela e muitos outros veem como desvantajoso para o sistema educacional público. Além disso, críticas foram levantadas contra as tentativas de alterar os parâmetros do Fundeb, evidenciando a insatisfação com a gestão atual das políticas educacionais.

Por fim, enquanto a Fazenda nega as alegações de que tais mudanças estiveram em debate, a comunidade fica atenta e segue questionando sobre futuras políticas que possam afetar a educação no Brasil. Todos os olhos permanecem voltados para as próximas ações do Ministério da Fazenda e o impacto que podem ter sobre a educação pública federal.

Fonte: Folhadoestado.com.br